



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 10 de maio de 2023

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
↑ 1,01% São Paulo	102.174 4/5 5/5 8/5 9/5	↓ 0,17% Nova York	R\$ 4,987 (- 0,48%)	R\$ 1.320	R\$ 5,468	13,65%	13,65%
			Últimos				Novembro/2022 0,41 Dezembro/2022 0,62 Janeiro/2023 0,53 Fevereiro/2023 0,84 Março/2023 0,71

JUROS

Galípolo defende diálogo com o BC

Indicado para diretoria do Banco Central diz que poderá ser voz dissonante na autarquia, mas que pretende construir consensos

» ROSANA HESSEL

Estadão Conteúdo



Gabriel Galípolo com Haddad, na época da transição de governo: afinidade de pensamento com o ministro e diálogo "educado" com o BC

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, admitiu que pode ser a voz dissonante no Banco Central (BC), mas que pretende "construir consensos" entre as políticas monetária e fiscal quando assumir a diretoria de Política Monetária da autarquia, caso tenha seu nome aprovado pelo Senado. Para isso, pretende conduzir o diálogo, da forma "mais democrática e cordial possível", pois "todo mundo quer baixar os juros". Ele tem convicção de que a atual diretoria da autoridade monetária não tem nenhum tipo de satisfação de deixar os juros no atual patamar.

"O ministro Fernando Haddad vem dizendo há muito tempo que ele está tentando evitar um equívoco na economia, que é você ter uma política monetária que vai por um lado, e uma política fiscal que vai para o lado oposto. Esse tipo de diálogo e esse tipo de convergência entre a política monetária e fiscal são essenciais", afirmou Galípolo, ontem, a jornalistas, em frente à sede da Fazenda.

Galípolo foi confirmado por Haddad, na segunda-feira, como o nome escolhido para a diretoria de Política Monetária do BC. Atualmente, ele exerce a função de ministro interino, porque Haddad embarcou para o Japão para participar, como convidado, do encontro ministerial dos G7, grupo dos países mais industrializados do planeta.

Ele afirmou que tem uma boa relação com o presidente do BC, Roberto Campos Neto,

e com a diretoria também, mas isso "não significa obrigatoriamente que todo mundo vai pensar igual em economia".

"A conversa com o Banco Central tem sido sempre da maneira mais educada e cordial possível. É óbvio que tenho uma grande afinidade de pensamento com o ministro Fernando Haddad. A intenção é facilitar a convergência das duas políticas", assegurou.

Ao ser questionado se pretende votar pela queda dos juros nas

reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), ele afirmou que "não necessariamente". "Eu acho que todo mundo quer baixar os juros. Tenho a convicção de que toda a diretoria do Banco Central não tem nenhum tipo de satisfação, nem profissional nem pessoal, de ter um juro mais alto. O que vem sendo feito pela Fazenda é tentar criar um ambiente para que o mercado possa colocar os preços da maneira adequada e que o Banco Central possa

sancionar essa redução de juros", afirmou, acrescentando que, "antes de tudo", tem que esperar a sabatina no Senado Federal.

Ele contou que já teve manifestações positivas de vários parlamentares, inclusive do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). "Fiquei muito contente com as declarações públicas e privadas", afirmou.

Gabriel Galípolo evitou comentar a ata do Copom, divulgada ontem, mas reconheceu que

ela é clara e considera outras condicionantes para a manutenção dos juros além da desaceleração atual da inflação. E reforçou que pretende pacificar o diálogo entre o governo e o Banco Central. "Espero que a gente possa construir consensos e caminhar da melhor forma possível", emendou.

Herança ultrapositiva

Ao tratar das reservas internacionais do país, atualmente

em US\$ 347,8 bilhões, Galípolo disse que elas são uma "herança ultrapositiva" dos governos anteriores de Lula. Ele lembrou que outros países emergentes estão passando por dificuldade neste momento justamente pela restrição de divisas internacionais. "Agora, com a alta dos juros em outros países, essa herança nos coloca em uma condição muito mais segura, até para um cenário mais adverso que vem pela frente, para se apresentar, como um caso de eleição de investimento para a economia internacional", afirmou.

O secretário evitou comentar os rumores de que está sendo preparado para presidir o Banco Central a partir de 2025, após o fim do mandato de Campos Neto. afirmou que não está no governo por um projeto de carreira pessoal, mas para colaborar com o que for preciso.

» Tebet: IPCA menor em abril

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, antecipou, após audiência no Senado, ontem, que haverá "uma surpresa" nos dados de inflação, que devem vir "um pouquinho menor do que a expectativa". Os números serão divulgados na sexta-feira pelo IBGE. Segundo ela, "a previsão é de baixa relevante da inflação neste segundo trimestre; portanto, estamos com expectativa positiva para abril, maio e junho".

Copom volta a pedir "serenidade e paciência" com Selic

O Banco Central (BC) reforçou os alertas sobre a resiliência da inflação e voltou a recomendar paciência e serenidade com o atual patamar da taxa básica de juros (Selic), que está em 13,75% ao ano desde agosto de 2022. Os recados constam da ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) realizada na semana passada, na qual o colegiado decidiu manter a Selic pela sexta vez consecutiva. O documento foi divulgado ontem.

Apesar das pressões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para que os juros baixem de imediato, o BC não deu sinais de quando poderá iniciar o ciclo de queda e manteve a porta aberta para uma possível alta, se for necessário. "O Comitê avalia que a conjuntura demanda paciência e serenidade na condução da política monetária. E enfatiza que, apesar de ser um cenário menos provável, não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado", destaca o documento.

A principal missão do BC é preservar o valor da moeda e fazer a inflação voltar para o centro da meta no horizonte relevante, ou seja, em 2024 — que tem meta de inflação de 3%, com teto de 4,50% —, já que a meta deste ano

— de 3,25%, com limite superior de 4,75% — está muito difícil de ser alcançada.

Na ata, o colegiado elogiou o novo arcabouço fiscal, mas voltou a afirmar que não existe relação mecânica entre a aprovação da nova regra e a convergência da inflação para a meta. "O comitê avalia que a probabilidade de cenários mais extremos de trajetória da dívida pública se reduziu, mas nota também que não houve mudança relevante nas projeções de inflação, uma vez que as expectativas não se alteraram de forma significativa. Tal comportamento reforça o entendimento de que não há relação mecânica entre a política monetária e o arcabouço fiscal", frisa a ata.

Juro neutro

Analistas lembraram que o Banco Central não mudou o tom do comunicado e acabou dando mais subsídios aos motivos da manutenção da Selic no atual patamar, apesar de os juros altos serem um freio para o crescimento econômico.

"As atas têm sido um acúmulo de questões colocadas pelo BC. Nas últimas, eram a questão do arcabouço fiscal e os gastos parafiscais. Agora, o BC entrou mais na questão dos juros

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Para o Banco Central, taxa de juros neutra está maior, o que diminuiu a potência da política monetária

neutros, apontando que eles subiram de patamar, no Brasil, em torno de 4%. Talvez seja um pouco mais do que isso, mas é uma ata que traz riscos adicionais aos que a gente tem visto. E sinaliza que, para trazer a inflação a 3%, que é a meta, seria preciso manter os juros em 13,75% durante um longo prazo, provavelmente, além deste ano", comentou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

A taxa neutra real de juros é aquela que mantém a inflação estável e não prejudica a atividade econômica, pois ainda garante ganhos de produtividade na economia. A ata enfatiza que "a possível adoção de políticas parafiscais expansionistas tem o potencial de elevar a taxa neutra e diminuir a potência da política monetária", registrando que, nesse aspecto, houve divergências de opiniões entre os membros do Copom.

Na avaliação de Vale, para que a Selic não continue no atual patamar até o fim do ano, será preciso que o novo arcabouço evolua e seja aperfeiçoado no Congresso, e que o Conselho Monetário Nacional (CMN) mantenha a meta do próximo ano em 3%, em vez de aumentá-la para 4% ou 4,5% como tem sinalizado a vontade do presidente Lula, patamares de quando ele assumiu o primeiro mandato.

"Se o CMN mantiver a meta em 3%, as expectativas de inflação começam a baixar e haverá espaço para o BC seguir no cenário de queda dos juros", afirmou Vale. Ele manteve a projeção de que o ciclo de queda da Selic deve começar em setembro, e prevê os juros básicos terminando 2023 em 12,50% ao ano, passando para 10%, no fim de 2024.

Para Eduardo Velho, o Copom sinalizou, de forma implícita, que é contra o ajuste da meta de inflação, que pode ser feito na reunião de junho do Conselho Monetário Nacional (CMN). "Vale lembrar que o Banco Central reiterou a desancoragem das expectativas e que estamos no ciclo de desaceleração do IPCA, que será lento. E, de fato, a partir de agosto, a inflação em 12 meses deverá aumentar para uma taxa mais próxima de 7% do que ficar abaixo de 6% em 2023", afirmou.

O especialista reforçou as apostas de que a Selic continuará no atual patamar até o fim do ano. "A pressão política sobre o Banco Central será muito forte em junho, não somente pela próxima decisão do Copom, mas também na reunião do CMN. É possível que Tebet e Haddad possam querer elevar a meta de inflação", disse. (RH)